

RESENHA

CORONELISMO: MORTE OU MUTAÇÃO?

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, Programa Editorial, 1987. 110 p.

O cientista político Ibarê Costa Dantas tem-se dedicado à análise da história política de Sergipe, especialmente no período republicano.

Na sua primeira obra, *O Tenentismo em Sergipe* (Petrópolis, Vozes, 1974) recupera a história do tenentismo no Estado, desvendando as relações de poder que se configuravam entre os tenentes e as lideranças tradicionais representadas pelos coronéis.

Posteriormente, em seu segundo livro – *A Revolução de 30 em Sergipe. Dos Tenentes aos Coronéis* (São Paulo, Cortez; Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1983 - dando continuidade ao seu projeto inicial, estende a sua análise à política local dos interventores no período de 30-45, enfatizando as relações entre este e o Estado Nacional.

Tendo em vista o período histórico analisado pelo autor, o fenômeno do coronelismo figura como elemento constitutivo essencial da organização da sociedade política.

Vê-se, desta forma, como o coronelismo tem sido uma das inquietações teóricas do autor. Em *Coronelismo e Dominação* culmina a trajetória analítica, o que se faz em dois ensaios que compõem o livro. No primeiro, "As Mutações do Coronelismo", realiza uma revisão bibliográfica dos estudos sobre o tema e, por sua vez, propõe uma abordagem que, na sua perspectiva, dê conta "da historicidade do coronelismo no Brasil, a partir de uma visão estrutural da sociedade" e ainda "como produto de uma triple fundamentação econômico-social, ideológica e política" (p. 13). Partindo da conceituação do coronelismo "como forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais ao tempo em que se impõem como intermediário entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a estrutura de dominação" (p. 18), vai enfatizar o autor as mutações por que passou o fato, destacando suas fases distintas.

Insurge-se contra a explicação dominante na Literatura das Ciências Sociais, que elege o voto enquanto elemento invariante do coronelismo.

Mostra-nos que em cada fase da história republicana, o fenômeno apresenta componente que o singulariza. Assim, na sua primeira fase (1900-30), "as milícias particulares" são fundamentais para o entendimento da estrutura coronelista. Na fase seguinte (1930-45), a "honra socialmente reconhecida" assume este papel. No período de 1945-64, o voto tornar-se-á o elemento fundamental. E, finalmente, após 64, o coronelismo - segundo o autor - "moribundo e sem perspectiva histórica, vive seus estertores".

No segundo ensaio, *Itabaiana a dominação coercitiva*, propõe-se "pesquisar uma dominação determinada no sentido de observar suas possíveis correlações com o coronelismo bem como suas especificidades". Para isto, recorre à análise do material empírico ou seja: a prática política desenvolvida por duas lideranças daquele município: Euclides Paes Mendonça e Manoel Francisco Teles (Chico de Miguel). Por fim chega o autor à conclusão de que os domínios destes "não podem ser considerados casos típicos do coronelismo" (p 79).

Tomando como ponto de referência o conceito formulado para análise do fenômeno, observa-se, no entanto, um hiato entre o primeiro e o segundo ensaio. A nosso ver, a prática das duas lideranças estudadas cabe perfeitamente dentro do conceito apresentado pelo autor. Isto porque essencialmente na sua conceituação o coronel é o mediador entre as massas rurais e as oligarquias estaduais. Que outro papel teria estas duas lideranças senão o de mediadores? Vejamos como se configura esta mediação a partir de uma entrevista de Chico de Miguel transcrita na obra. Perguntado por que não usava o seu prestígio político em função do seu município, respondeu: "Eu uso. Eu uso sim, se eu não usasse eu não teria este prestígio todo dentro da cidade, o povo já teria me abandonado". Noutro momento da entrevista, afirma: "A política de Itabaiana quem faz sou eu, e quem vai candidatar os meninos a deputado federal e deputado estadual e a prefeito sou eu, não é combinado com o partido e nem com nada, eu sou quem faço a candidatura combinado com o povo, e acredito no povo para eleger todos os três". Sobre a sua relação com o governo, diz: "eu às vezes tenho as minhas queixazinhas do governo, todos têm, também não se pode dar tudo que se pede (...) o governo não satisfaz a todos os políticos, mas para mim e para o povo de Itabaiana ele não é mau não, ele é muito bom" (p. 102/107).

Percebe-se que, sustentando-se na **coerção** ou no controle do **voto**, o coronelismo persiste enquanto discurso e enquanto prática, sem perder de vista nesta ação as transformações por que passa a sociedade.

Movendo-se, implicitamente, dentro da teoria da passagem do "tradicional para o moderno", o autor é levado a elidir o coronelismo como forma típica de organização tradicional frente à modernização da sociedade, mediante o desenvolvimento do capitalismo.

No entanto, prevalece o desafio da realidade: o coronelismo mutante vive bem na era da informática.

A questão está posta para o autor no sentido de buscar, na política brasileira, as novas formas de dominação emergentes. Se o coronelismo morreu, que outras formas o substituíram?

Necessário se faz, todavia, louvar o rigor analítico da obra e a intenção de pensar uma temática fundamental da realidade política brasileira, mais especialmente nordestina.

O livro é recomendando a cientistas sociais, principalmente historiadores e cientistas políticos, e a todos aqueles que pretendem entender o coronelismo.

Joelina Souza Menezes, mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora de Sociologia da UFS.

Francisco José Alves dos Santos, mestrando em Antropologia - Universidade de Brasília. Professor de Sociologia da UFS.

